



50

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2019

Margarita Torremocha Hernández, *Cárcel de Mujeres en el Antiguo Régimen – Teoría y realidad penitenciaria de las galeras, Gobierno de España, Ministerio de Economía, Industria y Competitividad, Madrid, Dykinson, S.L., 2018, 307 p., ISBN: 978-84-9148-966-5*

Margarita Torremocha Hernández é professora de História Moderna na Universidade de Valladolid. Entre as suas áreas de investigação destaca-se a História da Universidade de Valladolid, as formas de sociabilidade no Antigo Regime, a aplicação da justiça em Castela na modernidade e as mulheres nas sociedades modernas.

O intuito da presente investigação subjacente ao estudo em análise foi perscrutar a realidade do cárcere feminino no Antigo Regime em Espanha, focando-se no estudo do cárcere *Galera de la Chancillería de Valladolid*. O âmbito cronológico deste estudo incide sobre a Época Moderna em Espanha, iniciando-se no século XVI (ainda que se façam algumas referências a documentação medieval do século XIII) até ao século XIX.

O livro compreende seis capítulos, uma conclusão e um apêndice documental.

No capítulo primeiro intitulado “La Cárcel en el Antiguo Régimen”, Margarita Torremocha principia por esclarecer o conceito de cárcere, nomeadamente a sua origem e evolução ao longo do tempo, desde a Antiguidade até à Contemporaneidade, tendo como guia o caso de Castela. Dilucida os tipos de penas contempladas na legislação, refere as mais aplicadas, alude a algumas fontes judiciais como as *Leys de Toro* (p. 13), salientando os entraves na aplicação destas normas decorrentes da diversidade de jurisdições e poderes existentes na época – como as jurisdições privativas ou as normas da Igreja –, e mostrando ainda a alteração da legislação em função dos contextos. Destaca o facto de, até ao século XVIII, o direito punitivo consistia num emaranhado de castigos muito diversos, cruéis, arbitrários e desiguais (p. 13), praticados por diversos poderes.

“La Reclusión Femenina en la Edad Moderna” é o segundo ponto de análise da obra. Aqui a autora desenha o quadro da reclusão feminina na Época Moderna, esclarecendo que a repercussão social de uma mulher delinvente, na época, era algo não valorizado socialmente (em oposição ao caso masculino). Partindo da caracterização do que era uma mulher delinvente naquele tempo, debruça-se sobre a história da reclusão feminina e traça o discurso historiográfico sobre esta questão, salienta que na Idade Moderna os cárceres foram concebidos com diferentes funções e características; expõe a questão da separação de sexos nos cárceres algo que, como a autora informa, nem

sempre era uma prática e refere-se aos delitos femininos e às penas aplicadas, procurando identificar os pontos de divergência e convergência entre a norma e a prática; estabelece quatro tipologias de delitos (deixando sinalizada a necessidade de estudos quantitativos para se obter uma melhor visão sobre o tema); indica os problemas que se levantavam na hora do julgamento destas mulheres, nomeadamente a prova legal *versus* a prova de indícios ou moral; confronta alguns dados estatísticos sobre o número de reclusas em Espanha, Portugal, França e Inglaterra.

Os capítulos terceiro – “El origen de las galeras” – e quarto – “Las galeras y el reformismo ilustrado en materia penitenciaria” – dedicam-se, por inteiro, aos cárceres femininos “galeras”. Apresenta a sua origem, no capítulo terceiro, seguindo a obra de Magdalena de San Jerónimo, intitulada *Razón y forma de la Galera y casa real, que el rey nuestro señor manda hazer en estos reynos, para castigo de las mugeres vagantes, y ladronas, alcahuetas, hechizeras y otras semejantes* (1608), mas sempre em confronto com outros textos e autores, como um excerto de uma recompilação das Cortes de 1519 (p. 72, nota 2016). No capítulo quarto, a autora inicia a sua exposição partindo do caso do cárcere feminino de Valladolid que terá funcionado desde o século XVI. A partir do século XVIII, segundo a autora, ocorre por toda a Europa, um proliferar deste tipo de instituições, com um espírito predominantemente penitenciário. Refere ainda que, até à centúria de setecentos, poucos textos se tinham produzido sobre a delinquência feminina, algo que se vem a alterar com a emergência do pensamento das Luzes. O primeiro autor que a historiadora destaca é González Yebra – um alcaide do crime da *Real Chancillería* – com a sua obra *Instrucción para el mejor régimen y gobierno de a Galera de esta Corte, principalmente en orden da la ocupación y trabajo en que se han de emplear las reclusas, y distribución de sus rendimientos*. Traça o seu percurso de vida e explica o contexto no qual se insere a produção da obra, discutindo algumas das suas ideias e, confrontando-as, por vezes, com o pensamento de Magdalena de San Jerónimo. Prossegue com a análise de *Ordenanzas de la Casa Galera de Valladolid* (dedicada ao cárcere feminino de Valladolid), da autoria de Luis Marcelino Pereira, principiando pela referência à vida do autor e concluindo com uma análise da sua obra (a estrutura e o conteúdo) e respetivo contexto de produção.

Os capítulos quinto, “La norma em la vida penitenciaria”, e sexto, “La historia vivida en la galera de Valladolid: un punto de partida y un ejemplo concreto”, confrontam o leitor com uma visão do que seria a norma e a realidade da vida nos cárceres femininos, nos mais diversos domínios: desde os espaços carcerários, do quadro de funcionários e suas atividades, à tipologia

das reclusas aos quotidianos e às relações de conflitualidade e convivência que se estabeleciam entre elas.

No capítulo sexto, a historiadora analisa um estudo de caso: a realidade vivida na Galera de Valladolid, apresentando-o como um guia para futuras investigações. Os pontos abordados no presente capítulo reportam-se ao quotidiano do cárcere e permitem ao leitor entrever o dia a dia de cada reclusa: o espaço, a gestão da instituição, a atuação em momentos de doença, a atitude religiosa, as necessidades das reclusas, etc. Apesar da escassez de fontes não permitir um estudo quantitativo do tema e tendo ainda em conta as poucas informações dos registos dos cárceres, a autora consegue chegar a algumas conclusões, entre as quais a sobrelotação dos cárceres, a fuga de reclusas e a constante luta para a redução das despesas.

Para concluir, gostaríamos de salientar a qualidade da obra aqui em apreço, quer pelo detalhe com que o tema é abordado, quer pelo diálogo estabelecido com diferentes tipos de fontes e estudos sobre o tema. Trata-se de uma obra de leitura acessível a qualquer interessado na problemática em análise, bem estruturada e sustentada em fontes o que permite ao leitor visualizar o quotidiano das mulheres encarceradas. É sem margem para dúvidas, uma obra que fornece um precioso contributo para várias áreas da história, desde a história da criminalidade, do pensamento e práticas penais, das dinâmicas dos poderes instituídos até à história das prisões e história das mulheres. Por fim, gostaríamos de mencionar que a presente obra dá pistas e abre portas a novas investigações dentro desta temática.

MARIANA RAMOS FONSECA

Doutoranda em História – FLUC,

Colaboradora do CHSC-FLUC

mariana613@sapo.pt

<https://orcid.org/0000-0002-7664-553X>